

,

PERSPECTIVAS DECOLONIAIS NA SURDEZ - TRACOS DE RESISTENCIA E CONQUISTAS

¹Artur Moraes da Costa

²Alessandra Ribeiro Astrol de Araujo

³Cleidiane Alves da Silva

⁴Diego Leonardo Pereira Vaz

⁵Marcos Pretto

⁶Waleria Corcino de Oliveira

¹Artur Moraes da Costa – Docente SEDUC GO Mestre em Linguística – Universidade Federal de Goiás UFG
arturmoraesdacosta@gmail.com

² Alessandra Ribeiro Astrol de Araujo – Docente SME/GO Especialista Linguística das Línguas e Sinais UFG
aleastrol@gmail.com

³ Cleidiane Alves da Silva - Docente SEDUC GO Mestre em Linguística – Universidade Federal de Goiás UFG
cleidainealves@gmail.com

⁴ Diego Leonardo Pereira Vaz – Docente IFG-GO) Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (IFG Anápolis).
profdeleolibras@gmail.com

⁵ Marcos Pretto - Docente SEDUC GO Mestre em Linguística – Universidade de Brasília – UnB
marcospretto1@gmail.com

⁶ Waleria Corcino de Oliveira - Docente SEDUC GO Mestre em Linguística – Universidade Federal de Goiás UFG
walerinha123@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo surge das discussões que atravessam dois grandes mundos que, embora distintos, se cruzam continuamente: o mundo Surdo e o mundo Não-Surdo⁷. Tal intersecção revela-se ainda mais complexa quando observada sob a perspectiva da colonialidade, entendida como um sistema histórico, político e epistêmico que produz hierarquias e regula modos de existir, de conhecer e de significar. Nesse sentido, buscamos refletir sobre como práticas coloniais e colonizadoras ainda operam na vida das pessoas Surdas, influenciando processos sociais, educacionais, identitários e linguísticos.

A motivação deste estudo decorre de nossas vivências profissionais, acadêmicas e pessoais, que evidenciam, de um lado, marcas de opressão historicamente impostas à comunidade Surda e, de outro, a força de uma trajetória permeada por resistência e conquistas.

Observamos que a colonialidade, ao longo da história das pessoas Surdas, manifesta-se na imposição de modelos ouvintistas – também identificado nesse texto como modelos Não-Surdos, na marginalização das línguas de sinais e na deslegitimação das epistemologias Surdas. Desvelar essas práticas torna-se essencial para compreendermos os desafios enfrentados pela comunidade e ainda para avançarmos em direção a novos modelos educativos e discursivos por sua, vez mais democráticos.

Esse rompimento epistemológico encontra espaço em diversos estudos, entre eles os textos presentes nos *Estudos Surdos I* (2006), que revelam um movimento intelectual que tensiona as narrativas hegemônicas sobre a surdez, deslocando o foco da deficiência para a diferença e para a experiência sociolinguística das comunidades Surdas. Essa mudança de perspectiva rompe com séculos de epistemologias Não-Surdas (ouvintistas) — historicamente construídas sobre bases oralistas, medicalizantes e normalizadoras — e recoloca o sujeito Surdo como produtor legítimo de saberes, história e cultura. Nesse reposicionamento, destaca-se a alteridade como lugar de existência, o outro que se auto demarca, rejeitando imposições de qualquer ordem. Ao evidenciar que a surdez não é um déficit a ser corrigido, mas uma experiência visual que sustenta modos próprios de linguagem, subjetivação e participação social, esses estudos enfrentam os efeitos

colonizadores que tentaram, ao longo do tempo, controlar corpos, disciplinar línguas e apagar identidades Surdas (Meneses, 2024; Ruzza, 2020).

Nesse sentido, tais produções dialogam diretamente com o campo da decolonialidade Surda ao problematizar as estruturas que historicamente silenciaram o conhecimento produzido pelos próprios Surdos e que naturalizaram hierarquias linguísticas e culturais. Os Estudos Surdos denunciam a imposição da norma Não-Surda (ouvinte) como referência universal e propõem práticas educativas e políticas linguísticas que reconhecem e legitimam a Libras, a cultura Surda e os espaços comunitários de resistência. Assim, colaboram para a construção de uma agenda decolonial que afirma o direito à diferença, valoriza a autoria Surda e reivindica uma reescrita da história que contemple as múltiplas epistemologias que compõem o mundo social, incluindo aquelas que emergem da experiência visual e da centralidade da língua de sinais.

A legitimidade intelectual e política deste estudo reside, primordialmente, na composição do grupo de autores e autoras que o integram. Não se trata de uma análise externa ou meramente observacional, mas de uma construção fundamentada na epistemologia surda. O grupo é constituído por quatro pesquisadores Surdos sinalizantes e dois pesquisadores ouvintes (Não-Surdos) também sinalizantes, todos com trajetórias marcadas pelo profundo engajamento social e profissional junto à comunidade Surda.

Essa configuração é essencial para o exercício do debate sobre a decolonialidade. Ao posicionar sujeitos Surdos como protagonistas da produção do conhecimento, rompe-se com a tradição colonialista de ter o "outro" (o ouvinte) como único detentor da voz narrativa sobre a surdez. A presença de pesquisadores ouvintes aliados e fluentes em Libras complementa essa estrutura, estabelecendo um diálogo que não fragiliza o debate; pelo contrário, essa multiplicidade de perspectivas, partindo de dentro da cultura surda, amplia e fortalece a análise decolonial, garantindo que as tensões e as potências da identidade Surda sejam devidamente validadas.

A noção de "lugar de fala" é aqui compreendida não como limitação, mas como reconhecimento de que nossas experiências são pontos de partida legítimos para examinar estruturas coloniais e colonizadoras que atravessam a surdez, a linguagem e a educação. Assim, o lugar de onde falamos é múltiplo: o da pessoa Surda; o da pessoa Não-Surda sinalizadora; o do aprendiz de Língua Portuguesa escrita; o da pessoa Surda filha de

pais Não-Surdos; enfim, o lugar de sujeitos que negociam, diariamente, barreiras linguísticas, culturais e identitárias.

Quanto aos termos utilizados neste artigo, adotamos a nomenclatura Não-Surdo/a/os/as, em consonância com perspectivas decoloniais que buscam desconstruir marcas linguísticas do colonizador. A expressão “ouvinte”, historicamente consagrada, carrega resquícios de exclusão ao reforçar o sujeito da oralidade como norma. Em contraste, a designação Não-Surdo recentra a surdez como parâmetro e desloca o eixo de referência para as identidades Surdas e suas práticas socioculturais. Essa escolha alinha-se às reflexões de Skliar (1998) Perlin (1998) e Walsh (2009), que defendem a importância de descolonizar categorias, epistemes e discursos.

Dessa forma, este artigo pretende contribuir para o debate que compreende a surdez não apenas como identidade linguístico-cultural, mas também como campo afetado pela colonialidade. Destacamos, especialmente, práticas de resistência e conquistas históricas tendo agora a pessoa Surda como protagonista na construção de saberes, políticas e narrativas que desafiam modelos hegemônicos há séculos.

Esse trabalho está dividido, além da introdução, da seguinte forma: ii) Colonialidade e Decolonialidade- atravessados pela surdez; iii) Resistências Surdas e conquistas; iv) Considerações finais.

II. Colonialidade e decolonialidade atravessados pela surdez

O tema decolonialidade começa a surgir no mundo acadêmico a partir de obras de diversos autores e autoras, que se apresentaram como opções reflexivas iniciais a um modelo que se impunha e que se mantinha colonial por natureza. Entre os pensadores, podemos marcar Fanon (2020), um intelectual que lutou pela independência da Argélia, apontando que o colonialismo ia para além das questões de ordem econômica, mas que afetavam a subjetividade, a identidade e a própria linguagem daquele que era colonizado. O tema da decolonização, em Fanon (2020) revela-se psicológico, político e densamente cultural. Os marcos dessa dominação se apresentam em diversas camadas sociais, apontando um estruturalismo que desmonta a subjetividade do outro, impondo-se como modelo.

Em Césaire (2020), essa europa é denunciada pela violência e hipocrisia de sua moral seletiva, legitimada por pensadores e historiadores complacentes. Sua crítica destaca o

mito que buscou inculcar que colonizar era sinônimo de civilizar, amparada pelas bases de cunho cristão, racista e capitalista. Os povos colonizados são transformados em meros objetos, bem como suas culturas, esvaziando as sociedades e fragilizando seus valores.

Em Quijano (2000), esse conceito é abordado como uma estrutura que apresenta-se duradoura, mantida por formas subjetivas e pactuadas, apresentadas como sendo a colonialidade eurocêntrica, que divide o mundo do trabalho e dele se apropria controlando raças e definindo hierarquias. Mais que o colonialismo, enquanto elemento político, a colonialidade se sustenta, pois esta é persistente e replicada socialmente, visto que vai além do ato colonizador em si mesmo.

Para além dos fatos históricos que, aparentemente, delimitam ações e suas consequências, a colonialidade não se circunscreve a datas, períodos ou eventos. Pelo contrário, ela se perpetua em ações replicáveis, em crenças dominadoras e outras formas simbólicas de dominação continuamente alimentadas em outras gerações. É Quijano (2000) que distingue colonialismo político e colonialismo contínuo ou duradouro. Esse poder que se mantém é, para o autor, a forma mais resistente e que estrutura as hierarquias vigentes e futuras. Essa forma de colonização contínua, não marcada historicamente por fatos ou datas objetivamente, prossegue e, por ser abstrata, não tangível, é mais difícil de identificar e combater.

Esse formato dialoga diretamente com as práticas colonialistas sobre as pessoas Surdas. Nesse caso também, o indivíduo Surdo é apagado à medida que suas formas de ver e ser não são validadas no mundo Não-Surdo, sob a perspectiva da oralidade. Em Fanon (2020), por exemplo, o ser é colonizado quando seu corpo e suas expressões são limitadas pela forma definida como padrão e é na Europa que está o modelo que molda todas as outras formas de ser e existir.

No caso da surdez, o modelo está no padrão auditivo oral e na língua majoritária e todos os componentes que dela se originam. Não se expressar culturalmente como um ouvinte, não falar como um ouvinte ou mesmo não escrever, é suficiente para denunciar a diferença a ser negada, apagada e até mesmo esmagada. Chalbue e Aguiar (2014) deslocam o eixo racial do qual fala Quijano (2000), usado para legitimar a exploração e o trabalho forçado de indígenas, negros e mestiços, para o eixo linguístico-cultural, demonstrando que

a pessoa Surda ocupa uma posição de sujeito colonizado dentro de um sistema ouvinte-hegemônico.

A colonialidade se manifesta, sobre a pessoa Surda, também na persistência de terminologias que a enquadram numa perspectiva comparativa e demeritória. Essa estrutura colonial opera por meio de uma lógica de subalternização, onde a experiência e a identidade Surda são constantemente medidas e definidas pelo padrão ouvinte, sendo qualificadas como desvio, falta ou inferioridade. A manutenção dessas nomenclaturas não é um mero descuido linguístico, mas um reflexo de relações de poder que historicamente negam à comunidade Surda sua autonomia epistemológica e cultural.

Essa dinâmica é claramente observada na designação depreciativa da Língua de Sinais como "linguagem" ou "mímica". Tal reducionismo ignora deliberadamente décadas de conquistas científicas, políticas e sociais, como o reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais - Libras (Brasil, 2002) do reconhecimento da profissão de Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa (TILSP), aprovada em 2010 e atualizada em 2023 (Brasil, 2010; Brasil, 2023). Ao equiparar uma língua completa, com gramática e parâmetros próprios, a meros gestos espontâneos, nega-se sua complexidade e reforça-se a visão colonial que situa as expressões culturais minoritárias em uma hierarquia inferior.

Termos arcaicos como "mudo", "surdo-mudo" ou "gestos" perpetuam uma visão patológica e superada da surdez. Eles remontam a um período em que a comunicação gestual-corporal era destituída de estatuto linguístico e a pessoa Surda era vista principalmente por um viés clínico, focando na suposta deficiência e não em sua potencialidade dentro de uma comunidade linguística distintiva. A persistência desse léxico sustenta um epistemicídio, de que fala Santos (2009) apagando a história, a identidade cultural Surda e a luta por direitos linguísticos.

A colonialidade é, por perspectiva histórica, baseada em pilares eurocentrados que universaliza a experiência como modelo de racionalidade, progresso e civilização. Essa racionalidade suprimiu outros modos de saber, classificando-os como “míticos”, “tradicionais” ou “irracionais”.

No caso da surdez, o epistemicídio – conceito aprofundado Santos (2009) para descrever o assassinato de saberes, opera de maneira vigorosa. O conhecimento gerado a

partir da experiência visual-gestual, a cosmovisão surda e a própria Língua de Sinais foram historicamente desqualificados como formas legítimas de conhecer e estar no mundo.

Essa negação não é acidental, mas estrutural, sustentada por aquilo que Walter Mignolo (2018) chama de matriz colonial do poder, que hierarquiza línguas, corpos e formas de comunicação.

A colonialidade atua de forma interseccional sobre a pessoa surda. Para além do eixo linguístico-cultural destacado por Chalhue e Aguiar (2014), é preciso considerar como raça, gênero, classe e territorialidade agravam a experiência de opressão. Uma pessoa surda, negra e periférica, por exemplo, enfrenta não apenas a audismo (preconceito baseado na capacidade auditiva), mas também o racismo e a exclusão socioeconômica, que a colocam em múltiplas margens dentro da própria marginalidade.

O trabalho de María Lugones (2008) sobre a colonialidade do gênero nos alerta para como a corporalidade e a subjetividade são moldadas por padrões heteronormativos e ouvintistas. A surda mulher, assim, vê sua agência duplamente cerceada: pela expectativa de desempenho de gênero e pela negação de sua expressão linguística natural.

Um dos campos mais visíveis da colonialidade em ação é a educação. A histórica imposição do oralismo – filosofia que prioriza a fala e a leitura labial em detrimento da língua de sinais, foi e é, ainda que de forma velada, um projeto claramente colonial. Ele visa assimilar o sujeito Surdo ao modelo ouvinte, reprimindo sua língua materna potencial (a língua de sinais) e patologizando seu corpo. Escolas e terapias centradas na "correção" da surdez, na adaptação à norma oral, perpetuam a violência epistemológica e psicológica descrita por Fanon.

Ainda que políticas como a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como língua, e o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a educação bilíngue, representem conquistas fundamentais, sua implementação esbarra na persistência de uma estrutura colonial. A falta crônica de intérpretes qualificados, a resistência de instituições em adotar o bilinguismo e a formação ainda majoritariamente clinicista de profissionais da educação e da saúde evidenciam a colonialidade duradoura de que fala Quijano.

Contra essa dominação persistente, a comunidade Surda constrói incessantemente práticas decoloniais de resistência e re-existência. O próprio movimento Surdo brasileiro, desde as mobilizações pela oficialização da Libras, é um ato político que

desafia a ordem ao afirmar a diferença linguística como fundamento de uma identidade cultural positiva, e não como déficit. Espaços como as associações de Surdos, os festivais de cultura e arte surda, e a proliferação de canais nas redes sociais, como Instagram, YouTube e no TikTok em Libras, funcionam como zonas de autonomia epistemológica. Neles, a língua de sinais flui em sua plenitude, os saberes Surdos são compartilhados e uma consciência de colonialidade é combatida.

A literatura surda, o teatro visual e as artes plásticas produzidas por Surdos não são meros entretenimentos; são atos de insurgência simbólica que ressignificam o corpo e a experiência a partir de uma perspectiva interna.

A tradução e interpretação de Libras, quando exercidas por profissionais Surdos e ouvintes aliados de forma crítica, também se tornam atos políticos decoloniais. Elas rompem o monopólio da língua portuguesa como único veículo de conhecimento e poder, criando pontes que não apagam a diferença, mas a tornam produtiva. A pesquisa acadêmica passa, portanto, por um imperativo ético e metodológico: abandonar a perspectiva de "estudo sobre" o Surdo como objeto, e adotar uma pesquisa com, para e pelos Surdos, valorizando a autoria Surda e a Libras como língua de instrução e produção intelectual.

Para avançar em um projeto verdadeiramente decolonial, é necessário atacar os pilares da colonialidade em múltiplas frentes: descolonizar a formação de todos os profissionais que atuam com Surdos; descolonizar as políticas públicas, garantindo que a letra da lei se traduza em práticas efetivas de valorização da Libras; e descolonizar a sociedade, por meio de uma educação midiática que combata o audismo e promova a plurilinguística (QUADROS, 2004; 2006).

Outro elemento importante nessa trajetória é a aliança entre o movimento Surdo e outros movimentos sociais decoloniais, indígena, negro, feminista. Essa união de esforços é estratégica, pois todos combatem, em suas especificidades, a mesma matriz de poder hierarquizante e excludente. O futuro a se construir é o de uma sociedade que não tolere mais epistemicídios, que entenda a diversidade linguística como riqueza e que permita que todas as formas de ser, inclusive as formas de ser Surdo, floresçam em sua autonomia e dignidade.

III. Resistências Surdas e conquistas

As formas de resistências Surdas se manifestam em grandes e pequenos eventos da vida em sociedade. Da mesma forma como a colonialidade se sustenta em práticas dispersas representando crenças que se cristalizam, a decolonização do olhar sobre a pessoa Surda exige, como ato primordial, uma vigilância crítica que vai desde a terminologia utilizada até movimentos coletivos de reivindicações significativas.

Adotar, por exemplo, a nomenclatura correta – Língua Brasileira de Sinais, escrever pessoa Surda (com 'S' maiúsculo para referência identitária e cultural) e abandonar termos pejorativos, são pequenos passos para desconstruir a matriz colonial de poder.

Mais do que uma simples mudança lexical, trata-se de um reconhecimento político que valida a Libras como veículo de conhecimento e experiência humana plena, afirmando a comunidade Surda como produtora de cultura e não mais como objeto de comparação deficitária.

Historicamente é possível também identificar o desenvolvimento de identidade Surda como marca social e de subjetividade que não iguala, mas respeita as diferenças dentro do espectro da surdez. A partir dos estudos de Perlin e Skliar (1998) e Perlin (1999) essa concepção passou a ser observada no viés da alteridade onde o outro do Surdo é considerado o Não-Ouvinte e a centralidade não está neste e sim naquele.

Perlin (1998;1999;2003) discute a construção das identidades Surdas a partir de uma perspectiva sociocultural, rompendo com visões medicalizantes e deficitárias da surdez. A autora compreende a surdez não como ausência ou limitação, mas como diferença linguística e cultural, construída nas relações sociais e históricas vividas pelas pessoas Surdas.

O texto enfatiza que a identidade Surda não é fixa nem homogênea, mas plural e dinâmica, sendo atravessada por fatores como língua, escolarização, família, relações de poder e contato com a comunidade Surda. Nesse sentido, a autora propõe uma tipologia de identidades, destacando que essas categorias não são estanques, mas formas de compreensão dos percursos identitários.

Sua categorização passa por alguns tipos identitários até então invisibilizados pelo modelo único, definido pelo Não-Surdo, que são eles: a própria *identidade surda*, associada à valorização da língua de sinais, à participação na comunidade Surda e ao reconhecimento

positivo da surdez como diferença; a *identidade ouvinte*, marcada pela assimilação de valores da cultura ouvinte e pela negação ou apagamento da experiência surda; a *identidade híbrida*, construída no trânsito entre o mundo surdo e o mundo ouvinte; a *identidade flutuante*, caracterizada pela instabilidade identitária, muitas vezes decorrente de processos educacionais excludentes ou de relações assimétricas de poder; a *identidade incompleta*, vinculada a contextos em que o sujeito surdo não teve acesso pleno nem à língua de sinais nem a práticas sociais significativas. E ainda as identidades de *línguas indígenas* associadas aos povos originários e suas marcas distintivas. Assis Silva(2012), entre outros autores, discute a formação da identidade Surda a partir dos movimentos sociais e religiosos e como essa construção se forma ao longo do tempo e se solidificam e se transformam.

Em todos esses pontos de contato entre o sujeito Surdo e suas camadas sociais, é evidente que a luta da comunidade Surda, ao longo dos anos, busca analisar o papel central da língua de sinais na constituição identitária, entendendo-a como elemento estruturante do pensamento, da subjetividade e do pertencimento cultural. Essa centralização não é fixa e não pode ser marcada como finalizada pela aprovação de uma lei ou de um fator marcante na história. Muito antes, é uma conquista diária e denuncia suas fragilidades pela ausência de acesso precoce à língua de sinais como um fator que compromete e comprometeu o desenvolvimento linguístico, social e identitário dos sujeitos Surdos.

Outro elemento que se apresenta dentro da categoria de conquistas é o construto chamado literatura Surda, que ressignifica conceitos e personagens sob a ótica da língua visual e a partir dela reconta os fatos.

Enquanto o epistemicídio tentou silenciar as mãos ou o seu apagamento, a literatura de tradição oral/sinalizada emergiu como o principal baluarte de resistência da comunidade surda. O conhecimento assassinadosobrevive e floresce nos encontros comunitários e nas associações, onde a história é transmitida não pelo papel ou validação do mundo Não-Surdo, mas pela corporeidade resistente e produtiva (CAMPELLO, 2008).

Uma das marcas históricas dessa resistência e conquista é a presença de autores e artistas Surdos e Surdas, como *Nelson Pimenta*, por exemplo. Ele foi um pioneiro no registro de anedotas e narrativas em Libras. Pimenta (1999) conseguiu, através do uso magistral de classificadores e da configuração de mãos, resgatar o conceito de literatura e

esta sinalizada ao criar mundos onde a pessoa Surda é o centro narrativo, transformando o 'ouvincentrismo' em uma periferia distante.

Esse autor tem publicações pioneiras e produções documentadas, especialmente ligadas à literatura surda e à língua de sinais, e muitas delas não são publicações em livro tradicional; são vídeos, materiais didáticos e obras, em Libras, registradas em mídia visual.

Entre suas obras está o livro didático destinado ao ensino de Libras para iniciantes (LSB Vídeo, 2011) e ainda a primeira coletânea de poemas e narrativas sinalizadas em Libras produzida por ele, com títulos como: *Língua Sinalizada e Língua Falada* (PIMENTA, 1999); *Bandeira Brasileira* (PIMENTA, 1999a); *Natureza e O Pintor de A a Z* ((PIMENTA, 1999b) e *Encontro de Amor* (PIMENTA, 2011b).

Essas obras são produzidas sobre mídias audiovisuais (sem áudio), cujo DVD é considerado um marco na literatura surda brasileira, porque documenta produções em Libras visualmente — uma forma de publicação literária que reconhece a língua de sinais como forma estética e narrativa.

Além dessa vasta produção audiovisual ele também possui co-produções acadêmicas, tais como o artigo “*Os sinais de Letras na Libras: colonização ou línguas em contato?*” (CASTRO; VALSECHI; FREITAS, 2016) e ainda assinou. *Tese de Doutorado* intitulada “*Prosódia em ASL e Libras: análise comparativa de aspectos visuais*” (2019), que é uma publicação acadêmica formal defendida na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Essa tradição, que inclui desde as piadas de resistência cultural até as sofisticadas performances de Visual Vernacular (VV), prova que a língua de sinais é, em si, um arquivo vivo de saberes e identidades.

Outra conquista Surda, comprovação da luta de resistências, é a o artefato linguístico-cultural conhecido como visual vernacular – doravante VV. Esta é, talvez, a manifestação mais sofisticada da literatura de tradição sinalizada. Ele não pode ser simplificado como apenas contar uma história, muito mais, é uma forma de arte cinematográfica realizada exclusivamente com o corpo, que transcende as barreiras gramaticais das línguas de sinais para criar uma experiência puramente visual e universal.

Para entender como o VV combate o epistemicídio e a matriz colonial, podemos explorar seu pilar principal, onde o corpo atua como câmera e editor, e o artista não apenas

interpreta um personagem; ele assume o papel de diretor, câmera e editor. Através de movimentos precisos, ele simula técnicas de cinema quando o artista aproxima as mãos ou foca intensamente na expressão facial para destacar um detalhe, além do corte e montagem identificada como mudança brusca na orientação do corpo indicando que a câmera mudou de ângulo ou que o cenário foi alterado.

Nessa manifestação visual, o movimento dos sinais é desacelerado para dar ênfase dramática a uma ação, como uma gota d'água caindo ou um impacto provocado pela queda de algum objeto.

O VV é diferente da Libras cotidiana, pois faz uso extensivo de Classificadores - doravante CL e o corpo do artista pode se tornar qualquer coisa como por exemplo: as mãos podem ser as pernas de uma aranha; o tronco pode ser o tronco de uma árvore balançando ao vento; o rosto pode expressar a emoção de um objeto inanimado, como um carro velho tentando dar partida. Isso cria uma narrativa tridimensional que preenche todo o espaço ao redor do sinalizador, transformando o vazio em um cenário vivo.

O Visual Vernacular (VV) é uma prova da agênciasurda, pois este eleva a percepção visual a um nível de complexidade que a língua oral não consegue alcançar. Esse artefato é independente da Língua Oral acessível à compreensão dos Surdos de qualquer país. Um Surdo brasileiro e um Surdo japonês podem compreender uma performance de VV perfeitamente, pois ela se baseia na lógica da imagem, e não na estrutura das línguas faladas.

IV. Considerações finais

Este artigo buscou discutir a experiência Surda a partir de um diálogo entre os Estudos Surdos e perspectivas decoloniais, evidenciando como a colonialidade ainda atravessa práticas educacionais, discursos e formas de produção de conhecimento.

Ao retomar os pontos apresentados, observou-se que a história das pessoas Surdas foi marcada por processos de silenciamento linguístico e cultural, mas também por movimentos contínuos de resistência, afirmação identitária e produção de saberes em língua de sinais. A análise reforça a importância de compreender a surdez como diferença linguístico-cultural e de reconhecer a centralidade da Libras na constituição das identidades e das práticas culturais Surdas.

Nesse sentido, a valorização das produções artísticas, literárias e acadêmicas em língua de sinais contribui para o enfrentamento do epistemicídio e para o fortalecimento de perspectivas que colocam a pessoa Surda como sujeito de conhecimento. O diálogo com abordagens decoloniais mostrou-se produtivo ao possibilitar a revisão de paradigmas historicamente naturalizados e ao ampliar o entendimento sobre as relações de poder que incidem sobre a experiência Surda.

Entretanto, este estudo apresenta limites. Por tratar-se de uma reflexão teórica, não contemplou investigação empírica com participantes ou contextos específicos, o que poderia aprofundar a análise das práticas e das experiências vividas. Além disso, reconhece-se que a diversidade interna da comunidade Surda demanda estudos que considerem diferentes recortes sociais, culturais e regionais, ampliando a compreensão das múltiplas identidades e trajetórias.

Como encaminhamentos futuros, destaca-se a necessidade de fortalecer pesquisas que partam da perspectiva da comunidade Surda, ampliar a circulação de produções

acadêmicas e artísticas em língua de sinais e consolidar práticas educacionais bilíngues que valorizem a Libras como língua de instrução e de produção de conhecimento.

Ao reconhecer os limites e as possibilidades deste trabalho, queremos reafirmar a importância de continuar investindo em abordagens que contribuam para a superação de práticas excludentes e para o reconhecimento da diversidade linguística e cultural como princípio fundamental de uma educação mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- CAMPELLO, Regina Maria de Souza. Literatura surda: produções culturais de surdos em língua de sinais. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- CASTRO, Nelson Pimenta; VALSECHI, Geisielen Santana; FREITAS, Luiz Carlos Barros. Os sinais de letras na Libras: colonização ou línguas em contato? *Revista Letras Raras*, Campina Grande, v. 5, n. 1, p. 64-78, 2016.
- CHALBUE, Karime; AGUIAR, Thiago. Decolonialidade e educação: perspectivas críticas. *Revista Arara Azul*, Petrópolis, n. 14, 2014. Disponível em: <https://www.editora-arara-azul.com.br>. Acesso em: 17 fev. 2026.
- COSTA, Ana Lúcia Ferreira da. Sujeito surdo: uma leitura pós-estruturalista da constituição da subjetividade. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 23, p. 161-176, 2004.
- FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.
- LODI, Ana Cláudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a perspectiva socioantropológica. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 19, n. 1, p. 49-64, 2013.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Buenos Aires: Del Signo, 2010.
- PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 51-73.
- PIMENTA, Nelson. Língua sinalizada e língua falada. Rio de Janeiro: INES, 1999. Vídeo em Libras.
- PIMENTA, Nelson. Bandeira brasileira. Rio de Janeiro: INES, 1999. Vídeo em Libras.
- PIMENTA, Nelson. Natureza. Rio de Janeiro: INES, 1999. Vídeo em Libras.

PIMENTA, Nelson.O pintor de A a Z. Rio de Janeiro: INES, 1999. Vídeo em Libras.

PIMENTA, Nelson.Encontro de amor. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2011. Vídeo em Libras.

QUADROS, Ronice Müller de.Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker.Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SÁ, Nara.Corpos que falam com as mãos: surdez, diferença e resistência cultural. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa.Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.

SKLIAR, Carlos.A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, Karin.As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC, 2008.

WALSH, Catherine.Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2009.